

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 460165 - RS (2014/0003649-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - DETRAN/RS
PROCURADOR : RODRIGO KRIEGER MARTINS E OUTRO(S) -
RS035196
AGRAVADO : ELIA DA SILVA SOUZA
ADVOGADO : JOSI WALDEZ CORREA - RS070523
AGRAVADO : JUSCELINO GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOSI WALDEZ CORREA - RS070523

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. NOS PROCESSOS INDICADOS PELA PARTE AGRAVANTE, FOI CANCELADA A AFETAÇÃO AO RITO DO ART. 543-C DO CPC/1973. INVIABILIDADE DE SOBRESTAMENTO. NO MÉRITO, OS PARADIGMAS SE BASEIAM NO MESMO ENTENDIMENTO DA DECISÃO MONOCRÁTICA AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DA AUTARQUIA ESTADUAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Nos Recursos Especiais indicados como paradigmas pela parte agravante (REsp. 1.484.380/RS e 1.484.381/RS), o Eminent Relator, Ministro HERMAN BENJAMIN, cancelou as afetações ao rito do art. 543-C do CPC/1973, em decisões publicadas no DJe de 13.5.2016. Inviável, destarte, o acolhimento da pretensão de suspender este processo ou remetê-lo ao Tribunal de origem.

3. Nos dois casos, ademais, foi negado seguimento ao Recurso Especial da Autarquia Estadual, reafirmando-se o entendimento já prevalecente nesta Corte Superior - e no qual se fundamenta a decisão monocrática agravada - pela possibilidade de expedição definitiva da CNH, quando a infração cometida durante o período de prova é de natureza meramente administrativa, sem risco à segurança do trânsito.

4. Agravo Regimental da Autarquia Estadual a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

